

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Função social de propriedade

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Karina Mikaela De França Hatschbach

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

Veremos que para ser obter a proteção constitucional do direito de propriedade, deve - se observar os interesses da coletividade e a preservação ao meio ambiente. O direito de propriedade esta ligado ao atendimento dos interesses sociais. Não podendo haver apenas a observação do direito privado. Quando tudo isso não é observado, se faz necessária a intervenção do estado, que por sua vez, dará a devida destinação a propriedade que não esta sendo utilizada como se deve. Qualquer ação contrária aos interesses sociais e ambientais, é considerada abusiva no que tange o direito de propriedade expresso no Art. 5º da Constituição, e também exposto no Art. 1228 § 1º do Código Civil.

Objetivo

Dar luz á direito e deveres que temos, quanto ao direito de propriedade. Entender de fato, como esse direito é aplicado, e o que deve ser observado por quem obtiver uma propriedade.

Material e Métodos

Metodologia utilizada foi a observância no tema inserido em sala de aula de Direito Civil- Coisas.

Tornou um tema interessante, observando aulas em sala de aula para desenvolver o tema e observando a Lei. Utilizando e observando também a Constituição. No site JusBrasil, encontrei temas relevantes para a pesquisa, levei também em consideração comentários sobre o tema de alguns colegas, que encontra- se na página. Observado também no Art.1225 CC. Diz respeito do conjunto de normas que ligam os homens ás coisas.

Resultados e Discussão

É um direito fundamental, direito a moradia, sendo ela digna. Sabemos que não é a realidade de todos, e também sabemos que poucos tem condições de dividir o que se possui. Contudo a realização deste direito na pratica é desafiadora. Mesmo sendo um direito constitucional, muitos não se beneficiam dele, infelizmente. No entanto entendemos que se uma propriedade não esteja sendo utilizada conforme é dito na constituição, torna imprescindível a intervenção do estado, tornando real e fazendo cumprir o que determina nossa constituição.

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Constituição.”

Conclusão

O direito a moradia é um direito humano universal. Garantido pela Constituição Federal de 1988, é um direito básico do ser humano. Ainda que o direito de propriedade seja legítimo, deve ser observado a sua função social, sendo destinado a função que visa o bem social e ambiental, caso contrário, terá penalidades severas ou até mesmo a perda do bem. No caso da função social não ser observada, o direito de função social se sobrepõe ao direito do indivíduo.

Referências

Constituição Federal - Vade Mecum

Jusbrasil.com.br

www.mprs.com.br

www.emerj.tjrj.jus.br

www.mpsp.mp.br